Maxi educa

# TRINDADE-PE

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

# PROFESSOR I DOS ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO)



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)

# AVISO IMPORTANTE:

## Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No  entanto, esta não é a apostila completa.

### POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

**Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.maxieduca.com.br

Maxi educa

# SUMÁRIO

**Prefeitura de Trindade - PE**

*Professor I dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano)*

## LÍNGUA PORTUGUESA


Acentuação gráfica ..... 1
Análise e interpretação de textos ..... 3
Coerência textual. Coesão textual ..... 4
Concordância nominal. Concordância verbal. ..... 9
Emprego da crase ..... 15
Figuras de linguagem ..... 19
Ortografia oficial ..... 25
Pontuação ..... 33
Regência nominal. Regência verbal ..... 37
Significação das palavras (sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos). ..... 44
Tipos e gêneros textuais ..... 48
Uso e colocação dos pronomes ..... 55
Questões ..... 61
Gabarito ..... 72


## LEGISLAÇÃO PARA PROFESSORES


Conselho Escolar e Conselho Municipal de Educação: Competências e atribuições .. 1
Constituição Federal (art. 205 a 214): Direito à educação e dever do Estado ..... 6
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990): Direito à educação e deveres da escola ..... 12
FUNDEB (Lei nº 14.113/2020): Financiamento da educação básica e controle social. 81
Gestão democrática do ensino público: Princípios legais e participação da comunidade escolar ..... 105
Gestão de patrimônio público escolar: Controle, conservação e responsabilidade sobre bens públicos ..... 112
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): Transparência na administração escolar ..... 113
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996): Organização da educação nacional e competências dos entes federativos ..... 126
Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 15.388/2026): Metas e responsabilidades dos municípios ..... 158


SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

# SUMÁRIO


Regimento Escolar: Natureza jurídica, elaboração e aplicação ..... 167
Responsabilidade administrativa do gestor escolar: Atos administrativos e deveres funcionais ..... 173
Questões ..... 179
Gabarito ..... 186


## CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS


Planejamento das atividades pedagógicas para os anos iniciais ..... 1
Organização da rotina diária em sala de aula ..... 6
Alfabetização e desenvolvimento da leitura e da escrita ..... 10
Desenvolvimento da compreensão e interpretação de textos ..... 16
Ensino da produção e organização de textos ..... 20
Desenvolvimento do raciocínio lógico e das habilidades matemáticas ..... 24
Utilização de jogos e atividades lúdicas no processo de aprendizagem ..... 29
Preparação e aplicação de atividades de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos ..... 34
Adaptação de atividades para diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem ..... 39
Correção e acompanhamento das atividades escolares dos alunos ..... 43
Elaboração e aplicação de avaliações da aprendizagem ..... 48
Registro e acompanhamento do desenvolvimento individual dos alunos ..... 50
Utilização de materiais didáticos e recursos pedagógicos em sala de aula ..... 55
Organização do ambiente e dos materiais utilizados nas atividades escolares ..... 60
Desenvolvimento de atividades de leitura, escrita, matemática e conhecimentos gerais ..... 64
Condução de atividades individuais, em duplas e em grupos ..... 69
Manejo da rotina, da disciplina e da convivência em sala de aula ..... 74
Identificação de dificuldades de aprendizagem e adoção de estratégias pedagógicas 79
Comunicação com famílias sobre o desenvolvimento e a rotina escolar dos alunos ... 84
Trabalho integrado com a coordenação pedagógica e demais profissionais da escola. 88
Questões ..... 93
Gabarito ..... 99


## CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS


Avaliação da aprendizagem ..... 1
Currículo escolar ..... 3
Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem em Jean Piaget ..... 7


SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

# SUMÁRIO


Desenvolvimento sociocultural da aprendizagem em Lev Vygotsky ..... 10
Didática e organização do ensino em José Carlos Libâneo ..... 15
Educação e pedagogia crítica em Paulo Freire..... 20
Educação inclusiva e diversidade ..... 25
Gestão democrática da escola..... 27
Interdisciplinaridade na educação em Ivani Fazenda ..... 34
Legislação educacional brasileira. Políticas públicas educacionais..... 39
Planejamento de ensino..... 49
Projeto Político-Pedagógico (PPP)..... 53
Psicologia da educação..... 59
Tendências pedagógicas na educação brasileira em Dermeval Saviani ..... 62
Teorias da aprendizagem ..... 67
Tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem ..... 74
Trabalho pedagógico e interdisciplinaridade ..... 78
Construtivismo na educação em Emília Ferreiro..... 82
Avaliação mediadora em Jussara Hoffmann..... 87
Questões ..... 93
Gabarito..... 98


SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

## Língua Portuguesa

A acentuação gráfica consiste no emprego do acento nas palavras grafadas com a finalidade de estabelecer, com base nas regras da língua, a intensidade e/ou a sonoridade das palavras. Isso quer dizer que os acentos gráficos servem para indicar a sílaba tônica de uma palavra ou a pronúncia de uma vogal. De acordo com as regras gramaticais vigentes, são quatro os acentos existentes na língua portuguesa:

- **Acento agudo**: indica que a sílaba tônica da palavra tem som aberto.

  ***Ex.:*** *área, relógio, pássaro.*

- **Acento circunflexo**: empregado acima das vogais “a” e” e “o”para indicar sílaba tônica em vogal fechada.

  ***Ex.:*** *acadêmico, âncora, avô.*

- **Acento grave/crase**: indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.

  ***Ex.:*** *“Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!*

- **Til**: Sobre as vogais “a” e “o”, indica que a vogal de determinada palavra tem som nasal, e nem sempre recai sobre a sílaba tônica.

  ***Ex.:*** *a palavra órfã tem um acento agudo, que indica que a sílaba forte é “o” (ou seja, é acento tônico), e um til (˜), que indica que a pronúncia da vogal “a” é nasal, não oral. Outro exemplo semelhante é a palavra bênção.*

- **Monossílabas Tônicas e Átonas**: mesmo as palavras com apenas uma sílaba podem sofrer alteração de intensidade de voz na sua pronúncia.

  ***Ex.:*** *observe o substantivo masculino “dó” e a preposição “do” (contração da preposição “de” + artigo “o”).*

Ao comparar esses termos, percebermos que o primeiro soa mais forte que o segundo, ou seja, temos uma monossílaba tônica e uma átona, respectivamente. Diante de palavras monossílabas, a dica para identificar se é tônica (forte) ou fraca átona (fraca) é pronunciá-las em uma frase, como abaixo:

“Sinto grande dó ao vê-la sofrer.”

“Finalmente encontrei a chave do carro.”

### Recebem acento gráfico

As monossílabas tônicas terminadas em:

- a(s) → pá(s), má(s);
- e(s) → pé(s), vê(s);
- o(s) → só(s), pôs.

As monossílabas tônicas formados por ditongos abertos -éis, -éu, -ói.

***Ex.:*** *réis, véu, dói.*

Não recebem acento gráfico:

- **As monossílabas tônicas**: par, nus, vez, tu, noz, quis.
- As formas verbais monossilábicas terminadas em “-ê”, nas quais a 3a pessoa do plural termina em “-eem”.

**Importante:** Antes do novo acordo ortográfico, esses verbos era acentuados.

***Ex.:*** *Ele lê → Eles ~~lêem~~ leem.*

**Exceção**: o mesmo não ocorre com os verbos monossilábicos terminados em “-em”, já que a terceira pessoa termina em “-êm”. Nesses caso, a acentuação permanece acentuada.



Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

## Participação colegiada na organização da escola

### Natureza institucional do Conselho Escolar

O Conselho Escolar integra a organização participativa da unidade de ensino e cria um espaço formal para que diferentes segmentos da comunidade escolar intervenham em assuntos relevantes da vida institucional. Sua composição e seu funcionamento dependem das normas do sistema de ensino e do regimento aplicável, mas sua lógica central é colegiada: decisões, avaliações e encaminhamentos deixam de ficar restritos a uma única autoridade e passam a incorporar representação, debate e responsabilidade compartilhada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional associa a gestão democrática do ensino público à participação dos profissionais da educação e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Essa referência dá ao colegiado uma função institucional vinculada à democratização da gestão, sem eliminar as competências próprias da direção, dos profissionais ou dos órgãos mantenedores.

### Representação e vínculo com a comunidade escolar

A presença de representantes de diferentes segmentos amplia a capacidade do colegiado de perceber problemas sob perspectivas distintas. Famílias podem apresentar dificuldades relacionadas ao acesso, à comunicação e à permanência; estudantes podem revelar aspectos da convivência e da rotina que não aparecem nos registros administrativos; profissionais da escola contribuem com conhecimento pedagógico e operacional. A participação não transforma cada representante em defensor exclusivo de interesses particulares. A atuação colegiada exige considerar o interesse educacional comum, as normas vigentes e as condições concretas da unidade. Em uma situação de alteração do uso de espaços escolares, por exemplo, o debate pode reunir necessidades pedagógicas, segurança, acessibilidade, disponibilidade de ambientes e impacto sobre diferentes turmas antes da definição de um encaminhamento.

### Competências deliberativas, consultivas e de acompanhamento

As atribuições específicas são definidas pelas normas do respectivo sistema e pela regulamentação da unidade, razão pela qual não é adequado presumir que todos os Conselhos Escolares brasileiros possuam exatamente o mesmo conjunto de poderes. Em termos funcionais, esses colegiados podem exercer competências deliberativas nos assuntos que lhes forem legalmente atribuídos, emitir manifestações consultivas, acompanhar ações institucionais e colaborar com processos de avaliação e planejamento. O limite da competência é essencial: uma deliberação colegiada não pode substituir órgão ou autoridade quando a matéria estiver reservada a outra instância.

### Projeto pedagógico, prioridades e controle social

A participação do Conselho Escolar pode alcançar o acompanhamento da proposta pedagógica, das prioridades institucionais e da aplicação de recursos cuja gestão admita participação colegiada. O valor do controle social está na combinação entre acesso à informação, discussão fundamentada e registro das decisões. Ao analisar a aquisição de materiais para uma atividade escolar, por exemplo, o colegiado pode relacionar a necessidade apresentada às prioridades pedagógicas e às condições orçamentárias, observando as regras aplicáveis. O conselho não funciona como simples homologador de decisões já tomadas; sua contribuição é mais consistente quando recebe informações suficientes, registra divergências e acompanha a execução do que foi decidido.

A tabela diferencia funções recorrentes do colegiado sem convertê-las em atribuições universais, pois o alcance concreto depende da regulamentação do sistema de ensino.



Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

## Intencionalidade pedagógica e coerência do planejamento

### Objetivos de aprendizagem observáveis

Planejar nos anos iniciais significa antecipar experiências de aprendizagem com uma intenção clara, relacionando o que se espera que as crianças aprendam às condições concretas da turma. O ponto de partida não é uma sequência de tarefas isoladas, mas um objetivo que possa ser reconhecido nas ações dos alunos. Um objetivo formulado de modo observável orienta a escolha de perguntas, materiais, agrupamentos, tempos e formas de acompanhamento. Em vez de apenas prever que a turma “compreenda o bairro”, por exemplo, o planejamento pode esperar que as crianças identifiquem pontos de referência, descrevam trajetos e representem espacialmente relações entre lugares conhecidos. A formulação precisa do objetivo também ajuda o professor a distinguir atividade de aprendizagem: desenhar um mapa é a atividade; localizar referências, estabelecer relações de posição e justificar escolhas são aprendizagens que podem ser observadas durante sua realização.

### Do objetivo amplo à ação possível

Objetivos curriculares costumam ter abrangência maior que uma única aula. O trabalho docente transforma essas orientações em passos compatíveis com o tempo disponível e com o repertório da turma. Uma habilidade ampla pode ser desdobrada em ações menores, sem perder sua unidade: observar, comparar, nomear, representar, explicar e revisar. Essa decomposição não deve produzir fragmentação mecânica. Cada passo precisa contribuir para uma compreensão mais ampla e permitir que a criança perceba sentido naquilo que faz. A Base Nacional Comum Curricular, o currículo da rede e o projeto político-pedagógico da escola oferecem referências para essa coerência, enquanto o professor decide como concretizá-las em experiências adequadas ao grupo. A boa previsão inclui também uma ideia do que contará como evidência: uma fala, uma produção gráfica, uma escolha de procedimento, uma pergunta pertinente ou uma revisão feita pelo próprio aluno podem revelar aprendizagem de modo mais informativo do que a simples conclusão de uma folha de atividades.

### Articulação entre currículo, turma e contexto

O planejamento ganha qualidade quando conecta três planos: as expectativas curriculares, o conhecimento que o professor tem da turma e as possibilidades oferecidas pelo contexto. A mesma proposta pode ser pertinente em um grupo e inadequada em outro, ainda que o conteúdo previsto seja idêntico. Crianças que já dominam determinada forma de registro podem ser desafiadas a justificar ou comparar; crianças que ainda dependem de apoio podem trabalhar o mesmo conceito com representações mais concretas. O contexto também interfere. Espaços da escola, experiências da comunidade, acontecimentos do cotidiano e recursos efetivamente disponíveis podem ampliar a proposta, desde que sejam incorporados com finalidade pedagógica e não apenas como elemento decorativo.

### Critérios para escolher experiências significativas

Uma experiência de aprendizagem é pertinente quando coloca o aluno em contato ativo com o objeto de conhecimento e cria oportunidade para pensar, produzir, conversar, testar ou revisar. Nos anos iniciais, isso costuma exigir alternância entre linguagem oral, manipulação, leitura, escrita, desenho, movimento e representação simbólica. A escolha não depende de tornar toda atividade lúdica, mas de organizar uma situação em que a ação da criança tenha função intelectual. Em uma sequência sobre o bairro, caminhar pelos arredores pode ter pouco valor se não houver uma pergunta orientadora; por outro lado, observar placas, comparar trajetos e registrar pontos de referência transforma o percurso em fonte de dados para um mapa coletivo. A intencionalidade aparece justamente na relação entre experiência, pergunta e forma de registro.



Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

[1]O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino-aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, nesse caso, deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia a dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

## [2]Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

Os principais tipos de avaliação são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

### Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

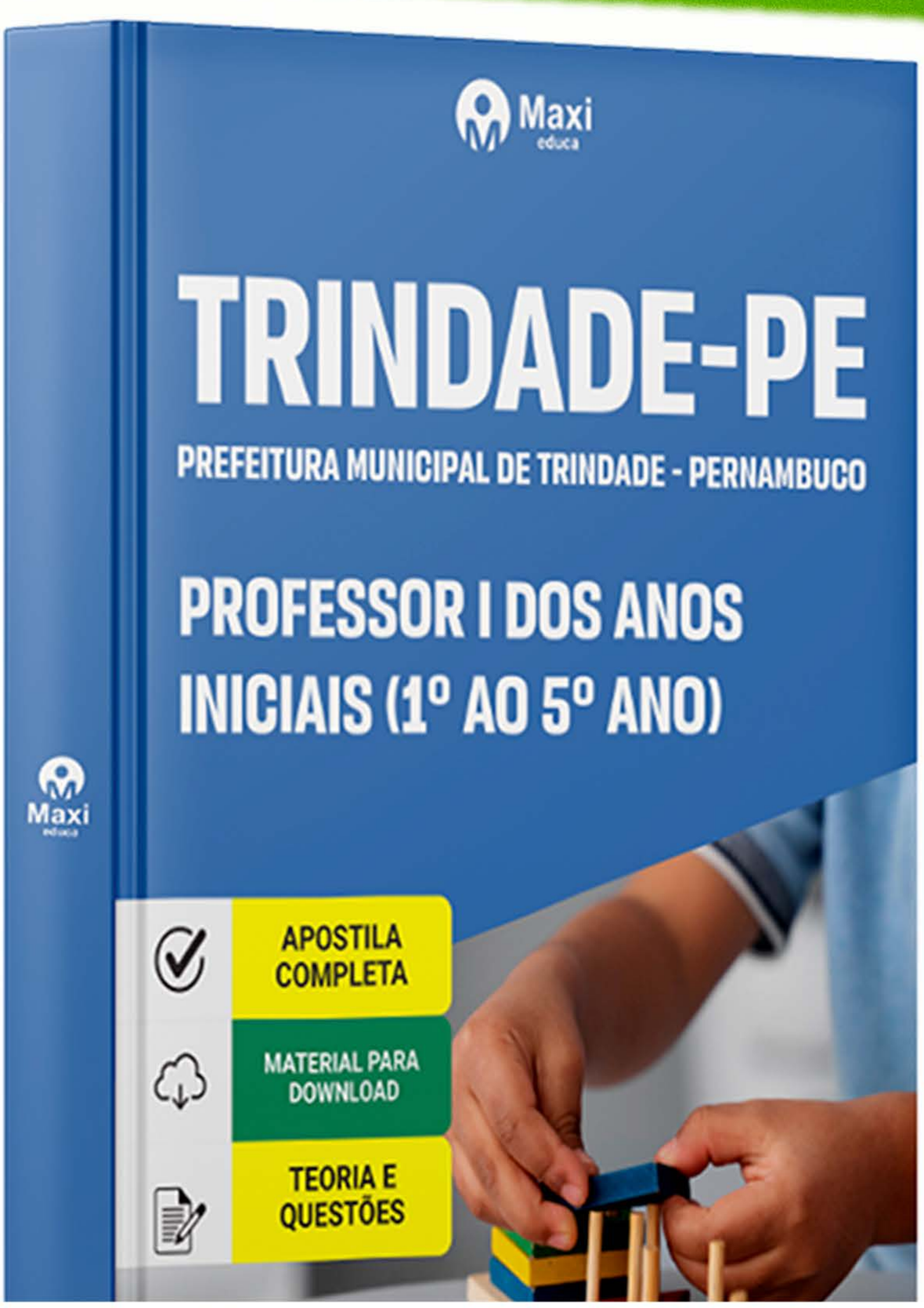
---

*1 https://educador.brasilescola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm*
*2 https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao*



Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa




# GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

**QUERO MINHA APROVAÇÃO!**